

# Sociedade civil exige direito de participar

Da Reportagem Local

Garantir a participação de toda a sociedade na fase de discussão, no processo de elaboração da nova Carta Constitucional brasileira e no cumprimento das resoluções da Assembleia Nacional Constituinte é a principal tarefa das entidades civis brasileiras, segundo concluíram os participantes do debate "Constituinte e Entidades", realizado quarta-feira à noite no auditório da Folha.

Os expositores foram Hermann Assis Baeta, presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB); Néelson Guimarães Proença, presidente da Associação Médica Brasileira (AMB); Crodowaldo Pavan, presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC); Rui Altenfelder Silva, vice-presidente e diretor jurídico da Federação e Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp-Ciesp); Rogério Magri, presidente do Sindicato dos Eletricistas de São Paulo e um dos coordenadores da Coordenação Nacional das Classes Trabalhadoras (Conclat), e Ana Lúcia da Silva, secretária de Formação Política e Sindical da Central Única dos Trabalhadores (CUT).

Como debatedores, estiveram presentes Eva Blay, presidenta do Con-

selho Estadual da Condição Feminina; Roberto Toshio Horiguti, presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de São Paulo (Fetaesp); Miguel Paulino da Silva, diretor-secretário da Federação da Agricultura do Estado de São Paulo (Faesp), e George Tasso Callado, diretor da União Nacional dos Estudantes (UNE). Compareceram ainda, como convidados especiais, Arlindo Mungoli, presidente da seção paulista da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), e Márcio Thomaz Bastos, advogado, ex-presidente da OAB-SP. O debate foi coordenado pelo jornalista João Batista Natali, da Folha.

## Novo ordenamento

Abrindo o encontro, o presidente nacional da OAB, Hermann Assis Baeta, declarou que "se as entidades civis brasileiras não se unirem e não intensificarem a luta rumo à democratização plena do País, dificilmente chegaremos a este sistema de poder que toda a Nação aspira e exige". Observou que "nossas entidades já têm autoridade e experiência para contribuir de forma eficaz e sobretudo independente nesse processo" e apontou a necessidade de "um novo ordenamento jurídico-político do País através de uma Assem-

bléia Nacional Constituinte livre, soberana, legítima, democrática, representativa e principalmente autônoma".

Falando em seguida, o presidente da Associação Médica Brasileira, Néelson Guimarães Proença, defendeu a inscrição de candidaturas avulsas à Constituinte, por entender que "não devemos ficar limitados aos interesses menores de grupos e partidos". Disse que "o ideal seria uma Constituinte sem partidos, com representantes de toda a Nação, buscando-se para isso mecanismos apropriados".

## Maioria silenciosa

Crodowaldo Pavan, presidente da SBPC, afirmou que "até agora nossas entidades fizeram muito pouco pelo País" e pregou a necessidade de uma união "para acabar com a maioria silenciosa e seu comodismo". Já o diretor da Fiesp-Ciesp, Rui Altenfelder Silva, também defendeu uma Constituinte "autônoma" e discordou das candidaturas avulsas, por entender que "o princípio deve ser o de fortalecimento dos partidos políticos".

Rogério Magri, da Conclat, observou que uma das pré-condições para a convocação da Constituinte seria a limpeza do chamado "entulho autori-

tário", mais isso, a seu ver, não está ocorrendo. "A atual Lei de Greve, por exemplo, impede a manifestação de várias categorias e em alguns momentos outros entulhos são colocados de forma diferente", afirmou.

Ana Lúcia da Silva, da CUT, defendeu igualmente a remoção do conjunto de leis autoritárias antes da Constituinte e a realização simultânea de eleições diretas para a Presidência. Entre os debatedores, Roberto Horiguti, da Fetaesp, disse que a Constituinte deve ser "desvinculada dos partidos, caso contrário os políticos profissionais mais uma vez vão ocupar o espaço e marginalizar grande parte da sociedade da participação". Miguel Paulino da Silva, da Faesp, defendeu a participação igualitária de "empresários e trabalhadores", enquanto George Tasso Callado, da UNE, disse que "nenhum poder poderá desacatar os resultados da Constituinte". Eva Blay, do Conselho Estadual da Condição Feminina, afirmou, por sua vez, que "o atual processo de discussão da Constituinte deve ser didático e os políticos também devem ser conclamados a esta tarefa".

O debate "Constituinte e Entidades" será transmitido na íntegra pelo programa "Debates Folha", da Rádio Universidade de São Paulo, que vai ao ar todas as terças-feiras.